JOC

Porto União/SC | União da Vitória/PR
Ano 94 | Edição **6787 | R$ 9,99**
Sexta-Feira, 25 de Outubro
Sábado, 26 de Outubro
Domingo, 27 de Outubro de 2024

R$99 MILHÕES PARA A BR-476

Obra de restauração da BR-476 pode ter início em novembro. Valor do projeto e estadualização do trecho entre União da Vitória e São Mateus do Sul ainda geram debate

PÁGINA 05



DISPONÍVEL NO YOUTUBE

DOCUMENTÁRIO

2023 - O PESADELO DO IGUAÇU SE REPETE

www.youtube.com/@jornalocomercio

Supermercado CHIPITOSKI
@chipitoski
(42) 3522-2430

GOVERNO DE SANTA CATARINA DÁ INÍCIO A ESTUDOS PARA PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE VIA PARALELA À BR-101 NO LITORAL

Corredor Litorâneo Norte, também chamado de Via Mar, será viabilizado por meio de parceria público privada

Por Agência Catarinense de Notícias

Fotos: Eduardo Valente/Secom



O Governo de Santa Catarina deu mais um passo significativo para o desenvolvimento da infraestrutura estadual. Na tarde de quarta-feira, 23, o governador Jorginho Mello autorizou o início dos projetos para construção de uma rodovia paralela à BR-101, no Litoral. O Corredor Litorâneo Norte, também chamado de Via Mar, será viabilizado por meio de parceria público privada. Serão 145 quilômetros de estrada, como alternativa à BR-101, que sofre com grandes congestionamentos em vários trechos.

A assinatura representa o início da fase de planejamento detalhado do projeto, incluindo estudos de impacto ambiental e traçados técnicos. A previsão é que a construção do Corredor Litorâneo Norte seja iniciada após a conclusão dos projetos e a liberação das licenças necessárias. A obra foi dividida em 5 lotes e nesta quarta-feira foi assinada a ordem de serviço dos projetos executivos de 4 lotes, que vão de Joinville até Itajaí.



De acordo com o governador Jorginho Mello, a obra será essencial para impulsionar toda a cadeia logística de Santa Catarina, beneficiando indústrias, portos e o comércio local.

"Nós estamos passando o governo a limpo em todas as áreas e na infraestrutura não é diferente. O Programa Estrada Boa é um sucesso, nós estamos aplicando mais de três bilhões de reais para melhorar a nossa malha viária de Santa Catarina. E hoje esse lançamento é mais um grande avanço do nosso governo trazendo essa nova rota pela Via mar, sendo uma alternativa para se deslocar da Grande Florianópolis até Joinville. Aqui é o primeiro passo para a realização dos projetos executivos dessa obra que trará um grande avanço para Santa Catarina, principalmente, na logística e transporte de cargas", destacou o governador.

Quando concluída, a nova rodovia será uma importante alternativa de tráfego, contribuindo diretamente para a melhoria da mobilidade na região costeira do estado. O Corredor Litorâneo Norte é projetado para desafogar o trânsito da BR-101, uma das rodovias mais movimentadas do país, e oferecerá uma nova rota para o escoamento de produtos e circulação de pessoas. Além disso, de acordo com dados da Secretaria de Estado do Planejamento, a região concentra 60% da população catarinense, o que justifica ainda mais a necessidade da obra.

Corredor Litorâneo

A expectativa é que a Via Mar tenha impacto direto no transporte de produtos industriais, agrícolas e pesqueiros, além de promover o turismo ao facilitar o acesso a diversos destinos do litoral catarinense. A previsão é que a nova rodovia melhore significativamente o fluxo de caminhões que abastecem os portos de Itajaí e São Francisco do Sul, reduzindo custos e tempo de deslocamento para as empresas.

"O que o Estado pretende fazer é uma parceria público privada para que a gente possa viabilizar esse importante eixo rodoviário chamado Via Mar, que contempla 145 quilômetros partindo de Joinville vindo até o contorno viário de Florianópolis. Lógico que é um projeto ambicioso, um projeto de seis pistas, três que vão e três que vêm. Com certeza pela determinação do governador Jorginho Mello, que já teve interlocução com muitos interessados em investir em Santa Catarina, a gente, sim, vai apresentar um projeto de qualidade, um projeto inovador e um projeto que vai atender a grande demanda rodoviária do nosso estado", disse o secretário adjunto de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, Ricardo Grando.

O ato de assinatura ocorreu na Casa D'Agronômica, reunindo autoridades estaduais e municipais, além de representantes do setor logístico e empresarial.

"Santa Catarina tem a menor malha pavimentada do Brasil. A infraestrutura rodoviária é uma das principais pautas do nosso sistema. E quando a gente olha para a BR-101 Norte, ela colapsou. Infelizmente, depois de 20 anos de estar duplicada, ela já entrou em colapso. E o que nós precisamos efetivamente é de uma alternativa. Então a rodovia paralela efetivamente é um pleito do nosso sistema, até porque o impacto que nós temos hoje é de mais de R$ 1 bilhão por ano em ampliação de custo por perda de produtividade e aumento de consumo. Aqui vai o nosso reconhecimento nosso ao governo do Jorginho Mello pela iniciativa", reforça o presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de Santa Catarina (Fetrancesc), Dagnor Schneider.

JORNAL Comércio
Rua Dário Bordin, 313 - União da Vitória (PR)
CEP: 84600-180
Tel: (42) 3521-2050
CNPJ Matriz: 77.958.882/0001-27
CNPJ Filial: 77.958.882/0002-08
FUNDADO EM 11 DE JUNHO DE 1931

DIREÇÃO GERAL
Eduardo Carpinski
EDITOR-CHEFE
Rafael Peruzzo
GERÊNCIA
Andrews Batista
CONSELHO EDITORIAL
Sitamar Brittes

Redação
(42) 99823 - 0044
Comercial
(42) 3521 - 2050

Assinatura anual
Local: R$ 360,00 | Microrregião: R$ 600,00
Circulação
União da Vitória, Cruz Machado, Paulo Frontin e Porto União
FILIADO

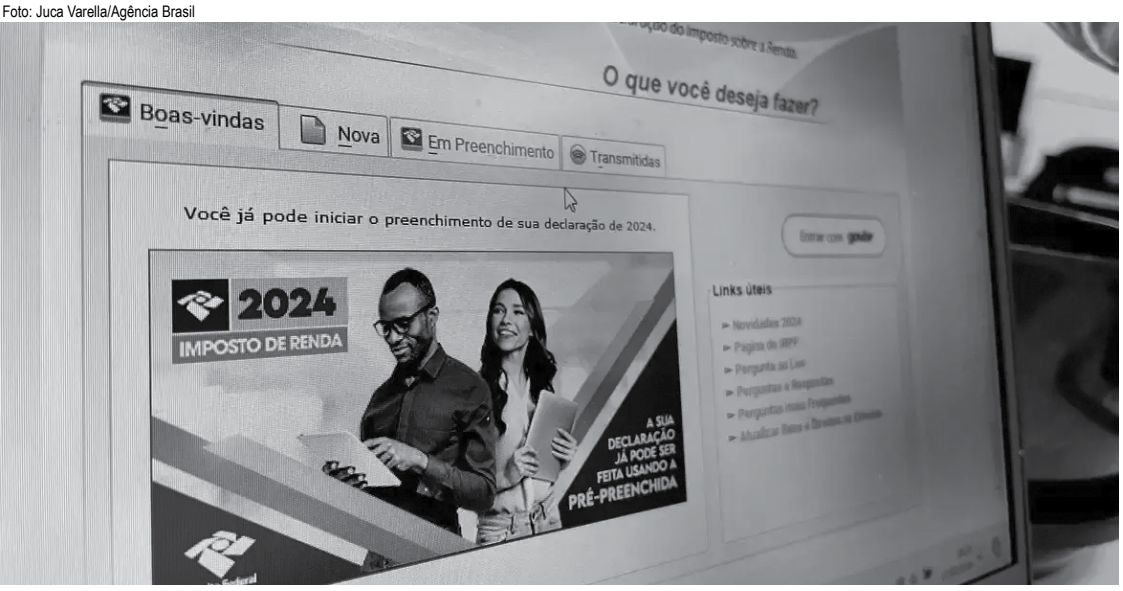
ECONOMIA

RECEITA ABRE CONSULTA A LOTE DA MALHA FINA DO IMPOSTO DE RENDA

Cerca de 264 mil contribuintes receberão R$ 700 milhões

| Por Agência Brasil

Foto: Juca Varella/Agência Brasil



Cerca de 264 mil contribuintes que caíram na malha fina e regularizaram as pendências com o Fisco já podem saber se vão receber restituição. A Receita Federal liberou a consulta ao lote da malha fina de outubro, com a inclusão de cerca de 11 mil contribuintes do Rio Grande do Sul com direito a receber. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 264.602 contribuintes receberão R$ 700 milhões. Ao menos 53% do valor, informou o Fisco, irá para contribuintes com prioridade no reembolso. Por causa das enchentes no Rio Grande do Sul neste ano, os contribuintes gaúchos foram incluídos na lista de prioridades.

Da lista de prioridades, a maior parte, 126.824 contribuintes, informaram a chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na declaração do Imposto de Renda ou usaram a declaração pré-preenchida. Desde o ano passado, a informação da chave Pix dá prioridade no recebimento.

Em segundo na lista de prioridades, há 14.661 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério. Em terceiro, vêm 11.360 contribuintes residentes no Rio Grande do Sul. Em seguida estão 46.689 contribuintes entre 60 e 79 anos de idade. O restante dos contribuintes prioritários são 6.416 contribuintes idosos acima de 80 anos de idade e 5.219 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

A lista é concluída com 53.433 contribuintes que não informaram a chave Pix e não se encaixam em nenhuma das categorias de prioridades legais.

A consulta pode ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

O pagamento será feito em 31 de outubro, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até 1 ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição depois de 1 ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessar o menu "Declarações e Demonstrativos", clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no campo "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária".



adi ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DIÁRIOS DO INTERIOR DO PARANÁ — Pelo Paraná

ORÇAMENTO

Após o segundo turno, as câmaras de vereadores e Assembleia Legislativa se voltam para a votação do orçamento de 2025. O volume das propostas orçamentárias na ordem do Estado e das sete principais cidades do Paraná: R$ 78,7 bilhões (Estado), R$ 14,5 bilhões (Curitiba), R$ 3,9 bilhões (São José dos Pinhais), R$ 3,5 bilhões (Londrina), R$ 3,2 bilhões (Maringá), R$ 2,3 bilhões (Cascavel), 2,2 bilhões (Foz do Iguaçu) e R$ 1,9 bilhão (Ponta Grossa). O orçamento deve ser votado até a última sessão legislativa do ano, o que deve ocorrer na terceira semana de dezembro.

Pinheirão

O governador Ratinho Júnior (PSD) anunciou a desapropriação do terreno onde fica o Estádio do Pinheirão, em Curitiba, para construir um Centro de Convenções. A proposta é colocar o Paraná na rota dos grandes eventos internacionais. A obra, segundo Ratinho Junior, será mais um legado para os próximos anos – somando-se ao Museu Pompidou (Foz do Iguaçu) e a Fábrica de Ideias (Curitiba). "O projeto abrange uma arena de eventos, um centro de exposições para até 25 mil pessoas e um complexo comercial, com setor hoteleiro e boulevard com restaurantes e academia", explica Ratinho Junior.

Restituição de IR

A Receita Federal (RF) liberou nesta quinta-feira, 24, a consulta ao 6º lote de restituição do Imposto de Renda 2024. A verificação pode ser feita no site da Receita Federal. No Paraná, 19.926 contribuintes estão contemplados, somando R$ 38,7 milhões a serem restituídos. Os pagamentos serão feitos a partir de 31 de outubro.

Vacina

A Secretaria Estadual de Saúde recebeu 96,6 mil doses da vacina contra a covid. O imunizante é destinado para a população acima de seis meses, o mais atual em utilização no combate à doença, ao proteger contra a variante XBB 1.5, que faz parte das variantes atualmente circulantes do SARS-CoV-2. Atualmente a vacinação abrange crianças de 6 meses a menores de 5 anos, como parte da vacinação de rotina, e adultos elegíveis.

Trabalho infantil

Na região sul, 193 mil crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos estavam em situação de trabalho infantil em 2023, uma queda de 29% em relação a 2022, aponta o IBGE. No país, 1,6 milhão de crianças e adolescentes estavam nesta situação em 2023. No PR, SC e RS 3,8% dos jovens se encontravam em situação de trabalho infantil. Entre as cinco regiões, apenas o Sudeste (com 3,3%) apresentava uma proporção menor. Já a região Norte, com 6,9%, ficavam com o pior resultado do país.

Seguro obrigatório

O Governo do Paraná anunciou que não realizará a cobrança do novo Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT) junto ao IPVA e o licenciamento de 2025. Agora, cabe à Caixa Econômica Federal definir a forma para realizar a cobrança do seguro no Paraná. De acordo com o Detran/PR, atualmente são 8.528.604 veículos ativos no Estado.

Isenção de IPVA

Nesta semana, o governador Ratinho Junior também anunciou que o Governo do Estado encaminhará à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) um projeto de lei para isentar motocicletas de até 170 cilindradas do pagamento de IPVA a partir de janeiro de 2025. A medida beneficiará mais de 732 mil veículos, representando 77% da frota tributável de motocicletas do estado.

Coluna publicada simultaneamente em 20 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

Da Redação ADIPR Curitiba
jornalismo@adipr.com.br

NOBRE COMUNICAÇÃO VISUAL

ESPECIAL

JORNAL O COMÉRCIO LANÇA DOCUMENTÁRIO SOBRE A ENCHENTE DE 2023

Conteúdo traz imagens inéditas e exclusivas da cheia do ano passado

Por Ivana Caroline Porn

Foto: Anilton B. Junior



Um ano após o Vale do Iguaçu vivenciar a terceira maior enchente de sua história, o jornal O Comércio lançou o documentário "2023 - O Pesadelo do Iguaçu se repete", com imagens inéditas e exclusivas captadas durante a cheia do ano passado. O conteúdo foi lançado no domingo, 20, data alusiva ao dia em que o rio atingiu o pico de 8,38m.

Durante os mais de 30 dias de enchente, a equipe de jornalismo do Grupo Verde de Vale de Comunicação (GVVC) esteve nas ruas, registrando esse momento triste e histórico. Para a repórter Jaqueline Castaldon, o documentário reflete o trabalho executado durante a cheia. "Ver o documentário pronto é, sem dúvida, sentir o dever cumprido. Não foi um trabalho fácil, especialmente no aspecto psicológico. O caminho até aqui não foi fácil, principalmente no sentido emocional. Não estávamos apenas registrando os fatos, mas também vivendo cada um deles, sendo impactados, de alguma forma, pelas histórias. Chorei, me descobri e, ao mesmo tempo, vi minha fé na humanidade ser renovada ao testemunhar atos de solidariedade ao próximo. O resultado está aí. Espero que aqueles que desconhecem a nossa história, através deste documentário, possam entender o que enfrentaremos quando o nosso Majestoso decide sair da caixa e se torna ainda mais imponente".

O editor de jornalismo do GVVC, Rafael Peruzzo, destaca a importância da presença do jornalista na rua, coletando informações. "Desde o início do período de chuvas no ano passado, a equipe de jornalismo sempre esteve muito atenta e mobilizada para informar a respeito de tudo o que estava acontecendo no Vale do Iguaçu. Todos os dias o esforço se voltou no sentido de informar com qualidade, seja no rádio, no portal, no jornal impresso ou nas mídias sociais. E a ida às ruas, o presencial, estar nos locais onde a enchente causava transtornos, foi primordial. O repórter na rua traz riqueza de detalhes. E todo o material colhido durante o período das cheias acabou sendo transformado em um documentário, em algo que ficará registrado para sempre. É um orgulho imenso ver o resultado desse trabalho. Isso é fruto da qualidade dos profissionais que participaram da produção, que construíram o roteiro, que trabalharam por horas na edição. O trabalho de uma equipe engajada e responsável gera resultados excepcionais".

Eduardo Carpinski, diretor de jornalismo do GVVC reforça o trabalho da equipe durante o período. "Assim como alguns setores foram importantíssimos durante a cheia do Iguaçu de 2023, nós do jornalismo trabalhamos incansavelmente durante quase dois meses. Foram jornadas de quase 20 horas diárias, sem sábado, domingo, enfrentando dificuldades, estresse, falta de informação, a água dentro de casa de alguns, dentre tantos outros. Além disso, nunca é bom distribuir, o dia todo, notícias que não são agradáveis à nossa audiência. Esse documentário é quase uma agenda aberta, um diário do nosso trabalho naqueles meses. Parabéns aos envolvidos pela sensibilidade em produzir este registro histórico do Vale do Iguaçu".

Para Caique Agustini, diretor geral do GVVC, mesmo sendo um tema delicado, a enchente precisa ser debatida e estar na pauta dos veículos de comunicação de União da Vitória e Porto União. "O tema das enchentes, da diminuição dos impactos da enchente, é hoje um dos principais temas econômicos do Vale do Iguaçu, porque, afinal de contas, os impactos causam muitos transtornos e são um problema. Então, assim como saúde, educação, geração de emprego, infraestrutura, a enchente é um dos principais grandes temas do Vale do Iguaçu e precisa ser tratado com o devido respeito".

A realização do documentário foi capitaneada por André Zanetti, que dirigiu e roteirizou o filme, além de ter produzido grande parte das filmagens in loco. Para ele, essa foi uma oportunidade de registrar um importante momento do Vale do Iguaçu. "Quando recebi o convite para documentar uma enchente que ninguém sabia onde ia parar, não tinha a noção do desafio gigantesco que viria pela frente. Posso afirmar, sem dúvidas, que esse foi um dos maiores projetos que participei. O resultado é um trabalho em conjunto de várias pessoas e, com certeza, me senti extremamente honrado em poder contar um importante capítulo da história das nossas amadas cidades. Que esse projeto sirva para as autoridades pensarem na população e acharem uma solução para que esse pesadelo não volte a acontecer. Infelizmente, as imagens são tristes, porém, fazem parte da nossa história. Se você ainda não assistiu, fica meu convite. Com certeza você não irá se arrepender".

O documentário "2023 - O Pesadelo do Iguaçu se Repete" está disponível no youtube do jornal O Comércio (https://www.youtube.com/@jornalocomercio). Escaneie o código QR para assistir.

ensina mais
PROGRAMAS EDUCACIONAIS
(42) 99973-7535

INFRAESTRUTURA

COM VALOR ESTIMADO EM QUASE R$ 99 MILHÕES, OBRAS DA BR-476 PODEM TER INÍCIO EM NOVEMBRO

Valor do projeto e estadualização do trecho entre União da Vitória e São Mateus do Sul ainda geram debate

Da Redação

Foto: Ricardo Silveira



Com valor estimado em pouco menos de R$ 99 milhões, as obras de recuperação da BR-476 no trecho entre União da Vitória e São Mateus do Sul continuam gerando debate. O edital, lançado no último dia 10, está aberto para inscrição de empresas interessadas em assumir o projeto. A previsão é que o resultado seja divulgado em novembro. Porém, muito se fala na aparente pouca verba para a execução da tão aguardada obra.

Segundo o deputado federal Tadeu Veneri, o valor estimado pelo edital foi resultado de uma série de estudos. Entretanto, o próprio documento prevê a possibilidade de aditivação do valor inicial, caso seja necessário. “Acho que nós temos que respeitar quem fez o estudo. Os estudos foram feitos, eles podem ser contestados, obviamente que podem, e se alguém entender que eles não são corretos, deve contatar-nos. Mas eu entendo que esse processo é feito a partir de dados concretos, dados técnicos para que nós tenhamos de fato a recuperação na rodovia. (...) Nós queremos iniciar a obra. Ela tem um valor aproximado de R$ 100 milhões. É claro que, se esse valor for necessário, acho que em algum momento ele terá que ser aditivado para que nós possamos ter os valores atualizados. Mas o importante é que a obra saia, porque ela continua sendo uma rodovia extremamente ruim. Há 20 ou 30 anos ela vem se arrastando e prejudicando todo mundo, não só aqui, mas aqui em São Mateus do Sul e nas cidades próximas”.

Tadeu também relata que a expectativa era de que a obra tivesse início neste mês, porém, após um erro no edital identificado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o documento teve que ser refeito, o que atrasou o processo de contratação. Agora, estima-se que a empresa vencedora comece a atuar no final do próximo mês. “Nós queríamos iniciar em outubro, e em um ano e meio a dois anos ela pudesse estar concluída, ou pelo menos uma boa parte dela concluída. Acredito que no final de novembro ela deve começar”.

Uma vez em execução, a obra trará a necessidade de repensar o trânsito no trecho. “Para que nós possamos reconstruir, nós vamos ter que pensar esse trânsito todo que nós temos de caminhões, principalmente aqui na BR-476 que é conhecimento de todos que ele vem para a BR-153, vem para o norte catarinense, sudoeste do Paraná. Vai demandar algum tipo de alternativa, porque a BR-153 não é alternativa. Não podemos pensar na BR-153 como alternativa, via Irati, porque é inviável. Ou vai por Santa Catarina. Eu não sei qual seria a outra alternativa, mas há que se pensar”, comenta Tadeu.

Estadualização

A entrega do trecho aos cuidados estaduais ainda é desejo de autoridades ligadas ao governo paranaense, entre elas o deputado estadual Hussein Bakri. Segundo ele, o tema deverá ser levado novamente ao governador, Carlos Massa Ratinho Junior, nos próximos dias, com intenção de abertura de diálogo com o governo federal. “Eu estou incomodado, porque estava na palma da mão de todo mundo uma solução duradoura. O que me deixa preocupado, a gente não sabe a extensão dessa recuperação, porque a BR-476 já mostrou que tem que fazer um trabalho bem mais profundo, o básico não adianta, fazer aquele tapa buraco, ou fazer uma camada por cima. Tem problemas estruturais que vem de muitos e muitos anos, então o que me preocupa agora, é que esse conserto que eles vão fazer ali, possa não ser a solução e que daqui seis meses, um ano esteja tudo estragado de novo. O que o governo do estado queria fazer era duradouro, para sempre, entre aspas, 20, 30 anos”.

Tadeu relata que a proposta do estado de realizar a restauração em concreto, nos moldes da que aconteceu na PRC-280, trecho entre Palmas e a BR-153, é interessante. Entretanto, o impasse se deu devido a necessidade de agilizar as obras, algo que, de acordo com o deputado, não aconteceria caso o trecho fosse delegado ao estado, pois apenas o processo de inventário demoraria cerca de dois anos. “É claro que há sempre a vontade, a intenção, desejo que aconteça, mas os governos têm prioridades diferentes. O governador Massa termina o seu mandato em 2026. E essa obra, se repassada a rodovia para o governo estadual, concluída todo o seu inventário, ela iniciaria em meados de 2027, se houvesse, claro, a concordância daquele que será o novo governador. Nós temos urgência nesse projeto. Podemos até fazer depois se houver interesse do governo estadual, ou seja, quem for, concretar, não há nada que impeça. Aliás, isso está acontecendo em Clevelândia. É concreto sob asfalto, de uma rodovia que já existe”.

Segundo Tadeu, o entendimento do DNIT, neste momento, é que o asfalto é a solução mais indicada à região. Porém, o deputado não descarta a possibilidade de que, no futuro, se abra uma nova rodada de conversas para a pavimentação em concreto. “Nós precisamos, primeiro, recuperar os 20 quilômetros iniciais de São Mateus do Sul para cá, porque ele está um terreno extremamente prejudicado, um terreno que não tem mais consistência. Então vamos ter que afundar aquilo ali, tirar tudo que tem. Não é fazer uma rodovia sobre a rodovia. É você destruir, em termos bem grosseiros. Deve ser retirado tudo que está lá e fazer uma nova rodovia nos 20 primeiros km. E os outros km é recuperar e fazer as terceiras pistas, fazer o bendito do trevo que não é trevo, de Paulo Frontin, que é uma coisa muito estranha, refazer ele todo, alongar a pista. (...) Nesses primeiros dois anos todas as obras serão feitas pelo Governo Federal, mas se daqui dois anos houver o entendimento que deve ser mudado, se conversa”.







REMAX MATERIAIS ELÉTRICOS (42) 3522-2888

EM CASA, IGUAÇU SE DESPEDE DA COPA PARANÁ SUB-20

Pantera do Vale enfrenta o Independente São Joseense no sábado

Por Rafael Peruzzo



Foto: Jair da Silva Kiko

O time Sub-20 do Iguaçu entra em campo neste sábado, 26, para o seu último jogo na Copa Sub-20 deste ano, organizada pela Federação Paranaense de Futebol. A Pantera do Vale recebe o São Joseense, às 15 horas, no Estádio Antiocho Pereira, tentando se despedir do campeonato com uma vitória em casa. Ao longo da competição, o Iguaçu venceu apenas uma partida em cinco disputadas, além de três derrotas e um empate. O adversário deste sábado já está classificado para a próxima fase.

O Iguaçu está no Grupo A, que também conta com o Andraus e o Pinheiral. O Andraus lidera com 13 pontos, três a mais que o São Joseense. O Iguaçu é o terceiro, com quatro pontos, e o Pinheiral somou apenas um ponto até o momento. A Copa Sub-20 também serviu como um laboratório para que a diretoria avalie jogadores que possam vir a ser aproveitados no profissional, mais precisamente na disputa da Divisão de Acesso do próximo ano.

No Grupo B, a liderança é do Patriotas, que venceu todos os cinco jogos até aqui. Operário e Hope chegam à ultima rodada brigando pela segunda vaga. Ambos fazem confronto direto na próxima quarta-feira, dia 30.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

A empresa AMPLA AGRICOLA LTDA com CNPJ 57.694.599/0001-28, torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Prévia para atividade de Depósito e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo a ser implantada na RUA MANOEL CUNHA BITTENCOURT 1446,

São Mateus do Sul-PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 7/2024

O MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR torna público que fará realizar, às 09:30 horas do dia 01 de JANEIRO do ano de 2025, na plataforma bllcompras.com.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua das Acácias, s/n.	Construção de infraestrutura urbana (lazer)	837,00 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura paulofrontin.pr.gov.br e na plataforma bllcompras.com.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

PAULO FRONTIN/PR, 23 de outubro de 2024.
EDER RENATO ESTELMACH- Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
ERRATA DA CONCORRENCIA ELETRONICA N.º 7/2024
Processo Administrativo Nº 89/2024
Onde se lê: Data da disputa 01 de setembro de 2025.
Leia-se: Data da disputa 08 de janeiro de 2025
Paulo Frontin/Pr, 23 de setembro de 2024
EDER RENATO STELMACH
Pregoeiro

/peloestado [PeloEstado] peloestado.com.br

Acafe consolida parceria com governo do Estado

O lançamento nesta semana do programa SC Mais Inovação, que vai ampliar a rede de Centros de Inovação em Santa Catarina e pretende gerar 30 mil vagas no setor de tecnologia, consolida uma parceria cada vez mais estratégica e bem-sucedida do governo do Estado com a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe).

O novo projeto se soma a outras iniciativas em que a atuação da Acafe tem sido fundamental para transformar a realidade da educação, como o mapeamento das carências das redes elétricas das escolas estaduais em conjunto com a Celesc, o programa Universidade Gratuita, que já atende mais de 40mil estudantes com bolsas de estudo, e a formação continuada de professores, ofertada a 30 mil educadores.

A reitora e presidente da Acafe, Luciane Ceretta, tem reforçado que o compromisso da instituição, com qualidade e credibilidade reconhecidas há mais de 50 anos, é contribuir com o desenvolvimento de Santa Catarina em todas as áreas do conhecimento, através da educação e dos serviços prestados por suas universidades comunitárias em todas as regiões do Estado.

Prefeito de novo

Florianópolis tem um novo prefeito nestes próximos dias. Enquanto o prefeito reeleito, Topázio Neto (PSD), estiver participando do SmartCity Expo World Congress, em Barcelona, na Espanha, o presidente da Câmara Municipal, João Cobalchini (MDB), ficará à frente da gestão da Capital. A viagem foi oferecida à Topázio pelo Sebrae, por Florianópolis ser uma das cidades vencedoras do Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora.

Esta é a terceira vez que Cobalchini assume a prefeitura.



Foto: CMF/Divulgação

Nova eleição

Uma decisão da Justiça Eleitoral, em primeira instância, cassou a diplomação do prefeito reeleito de Imaruí, Patrick Correa (Republicanos), e seu vice, Lucenir Gomes Gutero, por abuso de poder econômico e político.

A Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) foi movida pelo Ministério Público Eleitoral, e acusa o prefeito de "aproveitar-se do cargo público para realizar propaganda voltada ao impulsionamento de sua campanha à reeleição". O processo envolve as festividades de aniversário da cidade.

Patrick Correa teve 55,76% dos votos válidos e disputou a eleição com Gilberto da Awe (PL), que teve 25,18% de votação, e Sérgio Faust (PP), que registrou 19,07% dos votos.

Se a decisão for mantida, a cidade poderá ter nova eleição.

Contabilidade

Novos tributos, créditos, substituições e novas categorias de cobrança são alguns dos impactos que a Reforma Tributária poderá trazer para as empresas de todos os portes. Com o objetivo de preparar os profissionais da contabilidade de Santa Catarina para lidar com as mudanças que a reforma trará no dia a dia das empresas, o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC) lançou o curso inédito sobre "Comitê de Gestão Tributária: Impulsionando a Eficiência Empresarial."

O objetivo é orientar os participantes sobre as mudanças na legislação tributária brasileira que irão exigir que profissionais e empresas estejam atualizados. O curso terá início no dia 28 de outubro, e os interessados em participar devem se inscrever no link: https://wwwl.cfc.org.br/evento?WFY. As inscrições são gratuitas e as vagas são limitadas.

Saúde e bem-estar feminino

No dia 29 de outubro, o LK Design sediará um evento promovido pelo LIDE Mulher, focado na saúde e bem-estar de mulheres em posição de liderança. A programação incluirá a apresentação do novo conselho do LIDE Mulher e discussões sobre saúde e longevidade, com ênfase da Quanta Previdência. Um dos destaques será o lançamento do projeto "Run Mulher", uma corrida de 5 km programada para 8 de março de 2025, que visa arrecadar fundos para apoiar mulheres com câncer de mama e vítimas de violência doméstica. A iniciativa, em parceria com o Baía Sul Mulher, reforça o compromisso com a solidariedade.

Eleições OAB

A chapa Muda OAB, liderada pelos advogados Vivian De Gann (presidente) e Tullo Cavallazzi Filho (conselheiro federal), foi oficialmente protocolada nesta quarta-feira, 23, e disputará as eleições da entidade que ocorrerão no dia 22 de novembro.

Além dos dois advogados, a chapa terá como candidato a vice-presidente o joinvilense Marcus Silva, e como candidato a presidente da Caixa de Assistência dos Advogados (CAASC) Ramon Carmes, ex-presidente da Subseção de Palhoça.



Integração Editorial
Produção e edição: *ADI/SC - Jornalista Celina Sales*
Diagramação: *Celina Sales*
Contato peloestado@gmail.com
*Esta coluna é publicada nos jornais e portais associados a ADISC e a APJSC

Supermercado CHIPITOSKI
@chipitoski
(42) 3522-2430

PARANÁ

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI DESTACA PROJETO QUE VAI ZERAR IPVA DE MOTOS ATÉ 170 CILINDRADAS

| Da Assessoria

Foto: Divulgação



Nos próximos dias, o Governador Ratinho Junior (PSD) vai encaminhar para a Assembleia Legislativa do Paraná projeto de lei isentando os proprietários de motocicletas de até 170 cilindradas de pagamento do IPVA a partir de janeiro de 2025. Ao todo, mais de 732 mil veículos serão beneficiados, o que representa cerca de 77% de toda a frota tributável de motocicletas do Estado.

"Essa medida vai beneficiar milhares de motoboys e motoqueiros, sobretudo aqueles que usam a moto para trabalhar com entregas por meio de aplicativos. Tenho certeza que o projeto terá aprovação unânime dos deputados. Esse é o Paraná moderno e inovador fortalecendo a geração de renda aos paranaenses", destacou o deputado Hussein Bakri (PSD), Líder do Governo na Assembleia.





Pela proposta, todas as motocicletas de até 170 cilindradas deixarão de pagar IPVA, independente do ano de fabricação. Atualmente, a isenção é válida apenas para motos abaixo de 125 cilindradas com mais de 10 anos de idade.

De acordo com dados da Receita Estadual, a média do imposto cobrado desses proprietários é de R$ 474. "Com esse dinheiro, o proprietário de motos até 170 cilindradas vai poder comprar um presente para o filho, usar no seu dia a dia, ou mesmo para pagar a prestação do financiamento ou do consórcio da sua moto", afirmou o governador.

Para o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, a isenção é uma ação importante para a economia dos paranaenses. "Essa é uma decisão importante para manter a renda na mão do cidadão. As famílias vão ver o dinheiro sobrar e vão poder usá-lo com alimentação, lazer ou com uma viagem — ou seja, movimentando ainda mais a economia do Estado", ressaltou.

DPVAT

E, em mais uma medida para beneficiar os motoristas no Paraná, o Governo ainda anunciou que não realizará a cobrança do novo Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT) junto ao IPVA e ao licenciamento de 2025. A decisão foi tomada depois que os questionamentos do Governo à Caixa Econômica Federal, responsável por firmar convênios com os estados, não foram completamente sanados.

O SPVAT foi recriado em maio de 2024 pela Lei Federal Complementar nº 207, após a extinção do antigo DPVAT em 2019. Agora, cabe à Caixa definir a forma para realizar a cobrança do seguro de 8.528.604 veículos ativos no Paraná.

"Nós fomos procurados pela Caixa para viabilizar a cobrança e tivemos posição contrária, especialmente porque eles insistem na cobrança do início do ano e o Governo do Paraná faz as cobranças de taxas administrativas de licenciamento no segundo semestre para viabilizar melhores condições ao contribuinte. A nossa decisão quer dar transparência e clareza ao processo e evitar complicações para os motoristas paranaenses", esclareceu o diretor-presidente do Detran/PR, Adriano Furtado.

Uniuv COLTEC www.uniuv.edu.br

O QUE ESPERAR DA REFORMA TRIBUTÁRIA QUE ESTÁ POR VIR?

Membro do CRECI-SC aborda aspectos relacionados ao setor imobiliário

Da Redação

Foto: Arquivo Pessoal



A reforma tributária aprovada pela Câmara dos Deputados e em discussão no Senado promete trazer várias mudanças na cobrança de impostos. Um setor muito afetado será o imobiliário. Pensando em discutir o tema e mostrar quais mudanças estão por vir, o Senac de União da Vitória recebeu, na quinta-feira, 24, o CRECI Talk Imobi, apresentado pelo assessor da presidência do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (CRECI-SC), Alcides Andrade.

A reportagem de O Comércio conversou com Alcides sobre o tema. Confira:

Jornal O Comércio (JOC): O que está por vir no mercado imobiliário com essa reforma tributária?

Alcides Andrade (AA): *A reforma tributária que está por vir, já foi aprovada na Câmara dos Deputados, está agora tramitando no Senado, a gente tem conversado com os senadores, ela muda bastante a questão de tributação das empresas. Para a pessoa física não vai mudar nada diretamente. Apesar de que, com mudanças de alíquotas para o comércio, para indústria, para o serviço, algumas atividades econômicas serão oneradas, e outras serão desoneradas.*

Essa reforma tributária está sendo conduzida muito para o benefício da indústria. No geral, a indústria terá uma redução de impostos, uma redução de carga tributária, enquanto que os serviços, transportes, será bastante onerado. O comércio varia um pouquinho, depende de cada caso. Isso tirando aqueles produtos que são bebidas alcoólicas, cigarro, produtos que geram algum dano à saúde, que terão uma tributação maior também. Para o mercado imobiliário depende muito.

A gente é muito crítico dessa reforma tributária, porque no dia da votação, os deputados não tinham nem o texto do Projeto de Lei na mão. Então a gente não está vendo nesse processo dentro da Câmara dos Deputados a transparência necessária para que a gente possa opinar por isso. Então acompanhamos no dia da votação, e deputados chegaram a falar isso, denunciar isso. "Como é que nós vamos votar numa coisa que não se sabe?". É claro que essa reforma está sendo debatida há muito tempo, mas o texto da Lei, uma vírgula fora do lugar, um artigo, um parágrafo pode mudar uma interpretação.

E o setor imobiliário está muito nisso. O setor imobiliário está sendo afetado por essa, digamos, não total transparência. A gente se preocupa muito com isso. Há uma promessa de que o setor da construção civil, por ter uma cadeia de serviços longa, existe ali a construtora, incorporadora, empreiteiro, corretor, então essas atividades econômicas com uma cadeia de fornecimento de serviços encadeados mais longa, elas terão vantagens, em virtude da não cumulatividade. Hoje, quando você compra um imóvel, você não sabe qual é a alíquota que você está pagando naquele imóvel. A pessoa que compra pra morar, a pessoa que compra uma sala, por exemplo, para sua empresa, sua loja, ela não sabe quanto que de imposto está pagando. Por que a falta de transparência nesse encadeamento de imposto da bitributação, da tritributação, é muito grande, muito complexa. E a promessa, pelo menos, do texto, é de que para esses casos haverá um ganho bastante grande, porque não haverá, por exemplo, a bitributação. O que a Receita Federal fala, o que o Governo Federal fala, é que é para imóveis, para o consumidor final, haverá o benefício da não cumulatividade de tributos. Agora, na prática, o que a gente vê, analisando o texto, é que para imóveis residenciais de baixa renda haverá uma promessa de redução dos impostos no produto final, e imóveis de alto padrão, de uma renda maior, haverá um aumento, sim, da carga tributária incidente desses imóveis novos.

Para os corretores de imóveis, na intermediação para locação, para venda, há sim uma oneração. É uma prestação de serviço e, no geral, não só a corretagem, mas todos os serviços que você presta, há sim uma tendência muito grande no aumento da carga tributária.

JOC: É um assunto complexo, ainda mais para as pessoas que são leigas. Vamos tentar fazer um exemplo prático aqui: comprei um imóvel de R$ 500 mil. Qual a tributação neste imóvel?

AA: *Da parte do consumidor final, ali na transferência, que é o ITBI, isso não muda nada, por enquanto. A reforma tributária não afeta o ITBI, isso não muda nada com a reforma tributária. O ITCMD, que é o caso da doação de imóveis, ou quando uma pessoa da família falece, tem que fazer a transmissão, aí também tem uma pequena mudança, mas o impacto imediato também não existe. A gente está falando desta reforma, porque o consumidor que compra o imóvel novo, ele não sabe quanto ele paga de imposto. E esse é o ponto. Agora, com a reforma, a promessa é que ele vai saber quanto paga de imposto. O ISS e o ICMS, esses impostos não aparecem para o consumidor final. Quando você vai no supermercado, líquido de ICMS em alguns casos é 25%, alguns casos de 17%. Agora, o ICMS e o ISS que é pago no município, pela construtora, por exemplo, pela incorporadora, eles vão ser o imposto só, que é o IVA. Então, o que muda isso? O ICMS deixa de existir, o ISS, deixa de existir, e vai ter um imposto único. O PIS/Cofins deixa de existir e vira um imposto, que é o IVA.*

Então, é a alíquota desse imposto que vai ficar muito alta, é entre 27% e 28%, não está definido ainda na reforma tributária. Hoje o pessoal que compra o imóvel de R$ 500 mil, o imposto final que está incidindo na produção e na comercialização é de 28%. O imóvel de R$ 500 mil vai continuar R$ 500. mil. Agora, aquela arrecadação, aquele tributo arrecadado de todas as fases, na intermediação, na incorporação, na construção é que é esse 27%, 28% que vai ser definido.

Volto, a promessa é que imóveis de baixa renda a tributação diminua. Existe um redutor para locação de baixa, existe ali um redutor para imóveis para compra de baixa renda. Mas, de verdade, a gente só vai saber isso depois, quando começar a rodar a reforma tributária. A gente está vendo que os deputados deram um cheque em branco na aprovação dessa reforma tributária, e a gente vai agora, no Senado, discutir para ver se fica um pouco mais claro, para ver se a promessa de redução de tributos para imóveis de baixa renda efetivamente vai acontecer, já que o governo já assumiu que para imóveis de alto padrão, de uma renda maior, a tributação aumenta. Ou seja, quem paga o imposto é o consumidor. Se aumentar a carga tributária para imóveis de alto padrão, esse móvel vai ficar mais caro. O imóvel de R$ 800 mil, R$ 1 milhão ele tende, sem dúvida alguma, a ser onerado.

JOC: Essa reforma tributária no mercado imobiliário afeta mais pessoas físicas ou jurídicas?

AA: *A promessa pelo governo da reforma tributária é que, para imóveis comerciais, para uso comercial, haja também uma desoneração. O foco da reforma tributária, é desonerar a indústria, desonerar a atividade econômica. Então, se uma padaria compra um imóvel comercial, todo aquele imposto que ele pagou, digamos em 28% da construção do imóvel, ele vai poder se creditar ali na frente, ele não vai pagar esse 28% que ele pagou.*

Vamos lá: uma padaria que compra um imóvel comercial de R$ 1 milhão, a tributação vai ser na faixa aí de, digamos, vamos fazer uma conta rasa, que 28% é R$ 280 mil. Esses R$ 280 mil que o dono da padaria pagou de imposto pra comprar o imovel, já está no custo do imóvel. Esse R$ 280 ele vai poder usar pra frente, pra quando ele vender o pãozinho dele, aquela tributação que ele paga, ele já não vai pagar mais, porque ele já pagou o imposto quando ele comprou o imóvel. Então nós estamos falando em crédito tributário. A promessa do governo é essa. Que deixando de existir a bitributação, o dono da padaria que comprou imóvel pode usar esse imposto embutido que ele comprou no imóvel para não pagar mais o imposto do pãozinho para frente até aquele limite do imposto que ele pagou. É um assunto técnico, que a gente se esforça aqui para traduzir em uma linguagem um pouco mais coloquial.

JOC: O que é o fator redutor que você citou?

AA: *A alíquota média do tal do IVA, que todas as atividades econômicas vão pagar, está se estabelecendo de 27% a 28%. Vamos chutar aí 28%, que é o que a gente está imaginando. Então, as atividades que recebem um benefício do Estado, como por exemplo, o agro, a carne, a cesta básica, com o redutor de alíquota, esse 28% vai para zero. A Câmara dos Deputados aprovou, o Senado deve confirmar, que para cesta básica não haverá o recolhimento de impostos. É um redutor de 100%.*

Para o mercado imobiliário, como a habitação é um direito social, a nossa Constituição Federal diz que a moradia é um direito, o cidadão brasileiro tem o direito à moradia, então a reforma está entendendo que, no caso da locação, este redutor é de 60%. Uma alíquota que seria de 28%, no caso da locação, se aplicarem um redutor de 60% a tributação vai para 12%. Então a gente está falando aqui que para locação, o imposto será de 12% porque tem um redutor de 60%. É o quanto deve ser dado de desconto na alíquota. No caso da intermediação para venda de imóveis novos ou usados, de terceiros, este redutor é menor, é um redutor de 40%. Então, uma alíquota que seria de 28%, aplicando um redutor de 40%, esse 28% vira mais ou menos 17%.

Então, dependendo da atividade econômica, a escolha do legislador da reforma tributária, de acordo com a importância dessa atividade, ela recebe um redutor maior ou menor, ou então acréscimo. Como eu falei, cesta básica é o redutor integral de 100%, não vai pagar imposto os produtos da cesta básica. Para locação, redutor 60%, para venda de móveis é de 40%.

Agora, tem produtos que causam prejuízo à saúde. Você tem álcool, outros produtos que causam danos à saúde, com o acréscimo da alíquota. Esse é o ponto mais importante. É importante acompanhar isso, porque a atividade econômica da população vai ser impactada. E o consumidor também, que tem mais interesse, também é importante e atrás. O cidadão precisa saber o que está acontecendo, afinal de contas, o imposto quem paga é o consumidor final. O empresário repassa, ele recolhe na sua atividade econômica, a indústria recolhe, mas ele faz parte do preço final do produto. O pãozinho que a gente compra na padaria, que eu costumo usar de exemplo, pode ser impactado. É importante o cidadão acompanhar o que esses movimentos da reforma tributária (...) vai impactar na vida de todos nós cidadãos brasileiros.

JOC: Alcides, o que se cobra dessa reforma tributária é uma maior transparência?

AA: Isso cabe para todos os consumidores de todas as áreas, o cidadão em geral. A gente precisa saber o que paga de imposto. E aí vai mais uma crítica à reforma, porque hoje o brasileiro está cansado de pagar imposto, o aumento da carga tributária nas últimas décadas é gigante. Vamos fazer uma comparação com outros países do mundo, porque um dos países que adotam esse modelo de tributação que nós estamos aprovando no Brasil é Hungria, que tem a maior alíquota e é 27%. Nós vamos cobrar acima. O Brasil vai ser o país com maior alíquota do mundo nesse modelo de tributação que a gente está falando de IVA. É muito. E a gente não tem a saúde, a gente não tem a educação pública que merece, gratuita. Então, a nossa crítica é essa. Antes de fazer a reforma tributária, talvez a gente precisasse discutir o tamanho do estado. Qual é o tamanho que a gente quer? Qual é o tipo de saúde? Qual o tipo de educação? Do transporte? As rodovias? E aí nós estamos fazendo uma reforma que é outra promessa que não vai haver aumento da Carga Tributária. A promessa é da não cumulatividade, não tem bitributação. A promessa de transparência, são todas essas. Agora, a gente precisa acompanhar, porque se o cidadão não acompanhar, não cobrar o seu deputado, não cobrar o seu senador, eu acredito que isso não vai acontecer.

HERBERT
MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO
(42) 3522 - 3444

ESPORTE

FUTEBOL CLUBE DO PORTO DISPUTARÁ SÉRIE B DO CATARINENSE

Time de Porto União conquistou vaga após vencer o Jaraguá

Por Rafael Peruzzo

Fotos: Jair da Silva Kiko







O Futebol Clube do Porto é o mais novo integrante da Série B do Campeonato Catarinense. O time de Porto União confirmou o acesso no último domingo, 20, ao derrotar o Jaraguá por 2 a 0 no Estádio Municipal Armando Sarti, o módulo esportivo. O Porto se junta ao Fluminense, de Joinville, que já havia garantido o acesso de forma antecipada. Agora, as duas equipes vão disputar o título da Série C do Catarinense.

O Porto dependia dos três pontos diante do Jaraguá para se garantir. O adversário jogava por um empate. Com a obrigação da vitória, o Porto foi para cima desde o início e não demorou para abrir o placar. Aos seis minutos do primeiro tempo, Andrey abriu o placar no Módulo Esportivo. O gol da tranquilidade, porém, só saiu aos 28 minutos da etapa final, quando Yago marcou e definiu o resultado.

O Fluminense terminou a primeira fase na primeira colocação com 10 pontos. O Porto foi o segundo com quatro pontos e o Jaraguá encerrou em terceiro, com dois. No próximo domingo, 27, Porto e Fluminense se enfrentam no primeiro confronto da decisão, às 15 horas, no Módulo Esportivo. A partida de volta, em Joinville, ainda não teve a data confirmada pela Federação Catarinense de Futebol.

O treinador do Futebol Clube do Porto, Ernesto de Souza, o Tuta, chegou no clube em 2017, passou por vários momentos de dificuldade, e agora consegue o tão sonhado acesso. "O sentimento é de gratidão. Hoje nós temos uma comissão técnica e uma diretoria bem atuante. O presidente Alemão, o Capistrano (diretor do Departamento Municipal de Esportes), todos correm na mesma direção", destaca o treinador. "O primeiro objetivo foi alcançado, que era o acesso. Agora vamos trabalhar para buscar esse título", acrescenta. "A nossa realidade agora vai mudar. A Série B tem outra exigência, é um campeonato tecnicamente mais forte e que vai demandar maiores investimentos. Vamos ter que sentar, conversar e ver o que podemos fazer, qual planejamento vamos seguir", concluiu o técnico.



ÓTIMA LOJA (42) 3522-2042

ARTIGO

LULA ENFRAQUECIDO AUMENTA RISCO INSTITUCIONAL

| Por Walber Guimarães Junior

Mesmo fechando este texto antes das urnas do segundo turno, a foto das eleições mostra Lula e o PT como principais decepções do pleito municipal. Nem é o caso apenas de comparar com números de 2020, que apontam para um resultado alinhado, a questão é que, agora, o PT é governo e deveria colher mais frutos do exercício do poder.

Sem nenhuma vitória expressiva, assistindo disputas finais com dois adversários da direita em várias cidades, alijado das disputas até em redutos tradicionais, como o ABC paulista e algumas capitais do nordeste, quadro que se agrava quando comparado aos bons resultados do centro e ao crescimento inquestionável da direita, o governo precisa repensar, no curto prazo, suas estratégias para tentar chegar competitivo em 2026.

Alguns diagnósticos, repetidas vezes antecipados por diversos analistas, estão fechados: a comunicação do governo precisa de urgente correção de rumo e a agenda de Lula e principalmente sua pauta prioritária cobra uma revisão urgente. Venezuela, Argentina, Ucrânia, Rússia, Israel e Palestina, arrancaram declarações excessivas do presidente, boa parte delas desastrosas, em intenso conflito com o senso comum da população.

O Lula das ruas que gostava do povo ficou no passado, o que se vê agora é um presidente acuado, decepcionado com a receptividade que persiste com Bolsonaro e lhe é negada em quase todo o país. Com exceção da campanha paulistana, onde apesar de tímida, teve sua participação, Lula não bateu ponto no ABC ou no Nordeste, assustado com a rejeição que nem mesmo os bons números da economia conseguem reduzir.

Como em um campeonato eleitoral, Lula sabe que só pode vencer por "pontos perdidos", a famosa rejeição menor, porque restam poucas dúvidas que a primeira vaga para o segundo turno em 2026 será da direita, com muita gente do governo enxergando o mesmo horizonte que vislumbro: com Tarcísio candidato único da direita, talvez nem tenha segundo turno.

Exatamente este raciocínio que aponta para o inacreditável. Talvez seja melhor Lula torcer, e até se movimentar, para liberar Bolsonaro que, como ele, tem muitos votos e rejeição ainda maior. Seria uma eleição muito mais adequada para Lula porque, sem Bolsonaro, apenas a divisão da direita, com alguém como Marçal dividindo o pacote da direita, alivia a situação do PT.

Em termos estratégicos, Lula deve se mover para a centro esquerda, minimizando os atritos e possibilitando a etapa mais importante da caminhada: a cooptação do centro, em especial a parte "pragmática" do centrão, aquela que ganha sempre, antes ou depois das urnas. Se o governo sabe disto, os profissionais da política de centro trabalham esta possibilidade a tempos, sendo razoável supor que um confronto institucional com o STF esteja no horizonte das possibilidades.

Objetivamente, sabemos que Bolsonaro será sempre derrotado no STF, 9 a 2 ou algo parecido em qualquer questão, por tudo que houve de animosidade entre as partes, restando ao Congresso combater o Supremo para recriar condições para uma anistia ampla aos golpistas de 8 de janeiro que se estenda ao ex-presidente e, talvez, algumas lições do box sejam adequadas por ensinar oponente mais fraco a jabear e recuar repetidas vezes, minando resistências e criando um quadro favorável a seus propósitos.

Sem nenhuma solução legislativa ao alcance, a hostilidade ao Supremo está sendo gradualmente desenhada, cada vez com tintas mais fortes, e, com um governo enfraquecido, sem alternativas eleitorais fora do centro, a equação pode apontar para algo imprevisível no passado recente: Lula assistir impassível ao processo de confronto que pretende achar qualquer atalho que libere Bolsonaro para a disputa eleitoral.

Boulos poderia ter resolvido o problema vencendo em São Paulo que teria o efeito de limitar o voo de Tarcísio o alijando do pleito nacional, sem isto a situação é complexa para Lula, alternativa única da esquerda até que o processo de bidenização seja irreversível, porque o presidente não dá espaço para ninguém que não se chame Janja, restando, dessa forma, a hipótese maior de torcer para que o time adversário não entre em campo com os titulares.

Se Tarcísio seguir hesitante, com Bolsonaro inelegível, restam poucas alternativas eleitoralmente consistentes, ainda que Ratinho e Caiado, reforçados por Eduardo ou Michele de vice, possam ser competitivos, esta hipótese é quase um convite para nova aventura de Pablo Marçal, aquele que mesmo perdendo eleições, sempre vencerá nos negócios digitais.

Espere por um governo mais agressivo, muito mais crédito, melhoria na comunicação e com Lula entendendo que não tem eleição para presidente da ONU, mas, ainda assim, suas melhores expectativas para 2026 continuam sendo apostar nos erros e na divisão da direita e para que a polarização obtusa continue impedindo o eleitorado de analisar qualquer nome que não esteja com pedras na mão apontadas para o lado oposto.

Nada muito promissor para quem esperava um avanço na qualidade do debate e da ética na disputa presidencial e percebe que a melhor consequência das urnas municipais é recolocar o Brasil como prioridade na pauta das preocupações do nosso presidente.



Opinião
Por André Marsiglia

STF VAI REGULAR COM CENSURA AS REDES SOCIAIS

No próximo dia 27 de novembro, o STF vai julgar ações que, na prática, legislarão sobre as redes sociais. Antecipo ao leitor o que acontecerá: o PL2630/20, de Orlando Silva, chamado PL das Fake News ou da Censura, embora rejeitado pelo Congresso, foi adotado pelo TSE nas últimas eleições municipais, sob o nome de "Resolução 23.732/24". Como TSE e STF são um casal moderno que, embora more em casas separadas, se frequenta, é mais que óbvio que o PL das Fake News adotado pela Corte eleitoral será o guia da regulação promovida pelo STF.

Se é isso que vai acontecer, pergunta o leitor, qual o risco? Todo. No PL das Fake News, por exemplo, o que era chamado "dever de cuidado", passou a ser chamado na Resolução "poder de polícia". Ou seja, o recorta e cola da Corte é mais agressivo e, portanto, mais censório que o PL capitaneado por Orlando.

Um dos artigos mais nocivos do PL 2630/20, replicado no artigo 9-E da Resolução, obriga as plataformas a retirarem sem ordem judicial conteúdos desinformativos. O artigo simplesmente ignora o Marco Civil da Internet, que prevê exclusão de conteúdos apenas com ordem judicial. Vale dizer que foram justamente pedidos de exclusão sem ordem formal que azedaram a relação de Musk com Moraes, resultando na suspensão do X, conforme noticiado nas reportagens da Folha de S. Paulo sobre mensagens vazadas do gabinete do ministro.

Como se não bastasse, o conceito de desinformação não está legislado. Portanto, a plataforma obrigada a excluir desinformação, receando ser multada, preferirá excluir qualquer conteúdo: voilà, censura à vista! Na verdade, será a terceirização da censura para plataformas amedrontadas por multas e suspensões. Não deixa de ser curioso que o X foi suspenso sob argumento de preservarmos nossa soberania, mas as Cortes entregarão a essas mesmas plataformas estrangeiras a função de fazer o trabalho de legislador e juiz a respeito da desinformação.

Mas nada disso importa. O STF é um trator afobado que só enxerga inteligência na cabeça de seus próprios ministros. A regulação censória está feita. Restará torcer para que ocorra sem pedidos de vista ou votos arrastados. Assim, os legisladores poderão, em seguida, começar a trabalhar a sério em uma regulação que concerte erros, abusos e censuras, que certamente serão a tônica do julgamento de um Supremo que já demonstrou diversas vezes odiar a liberdade de expressão nas redes sociais.



André Marsiglia é advogado e professor. Especialista em liberdade de expressão e direito digital. Pesquisa casos de censura no Brasil. É doutorando em direito pela PUC-SP e conselheiro no Conar. Escreve semanalmente para o Poder360, onde este artigo foi originalmente publicado.

[PeloEstado] ENTREVISTA

"Por São José e Santa Catarina, minha missão de vida é construir um futuro de oportunidades para todos"

Cryslan Jorjan, vereador de São José (SC)

No domingo, 6, foram realizadas as eleições municipais em todo o país. Em São José, município catarinense, um jovem vereador foi reeleito com um número recorde de votos. Cryslan Jorjan de Moraes (Novo) foi eleito vereador pela primeira vez em 2020, sendo eleito com 2.247 votos. Agora, com 4.999 votos, foi reeleito sendo o vereador mais votado da história de São José.

Na Câmara de Vereadores, é o atual vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Aprovou o Projeto de Lei que obriga a afixação de QR Code em obras públicas, dando mais transparência, e o Projeto de Lei que possibilita aos empreendedores disponibilizarem documentos obrigatórios através do QR Code, incentivando o empreendedorismo.

Também é o atual e 1º Presidente da Escola do Legislativo da Câmara de Vereadores de São José.

Nascido no Hospital Regional, localizado no município, é filho de uma manicure e cabeleireira, e foi atleta durante a adolescência. Tem graduação e mestrado em Administração Pública pela ESAG/Udesc, é fundador da JCI São José, organização que ajuda a desenvolver jovens empenhados a impactar positivamente a comunidade.

A Coluna conversou com Cryslan para entender o sucesso deste seu primeiro mandato e os planos para os próximos quatro anos.

Confira:

Pelo Estado - Como começou sua trajetória na política e o que o motivou a ser candidato pela primeira vez lá em 2020?

Cryslan - Minha trajetória na política começou a partir das experiências de movimento estudantil e voluntariado que tive ao longo da minha vida. Em 2016, fiz um intercâmbio para o Peru, onde atuei com crianças em vulnerabilidade social. Essa vivência me fez entender a importância de boas políticas públicas e da atuação direta para ajudar a transformar a sociedade. A partir daí, decidi me preparar para a vida pública. Me formei em administração pública pela ESAG/Udesc e participei de diversos projetos ligados à política, como o Projeto Politeia e o Renova BR. Em 2020, decidi me candidatar a vereador para defender um novo jeito de fazer política baseado na transparência, honestidade, liberdade e respeito ao dinheiro público. Com o apoio dos amigos e muita vontade de fazer acontecer, fui eleito com 2.247 votos, sendo o vereador mais jovem da atual legislatura e o 2º mais votado na época.

Pelo Estado - Quais foram os principais projetos e conquistas do seu mandato?

Cryslan - Durante este primeiro mandato, além de aprovar diversos projetos importantes para a nossa cidade, como a lei que permite aos empreendedores disponibilizarem seus alvarás e documentos obrigatórios através de um único QR Code e a lei que obriga a Prefeitura a afixar nas placas de obras um QR Code que direcione para mais informações sobre a obra, também realizamos diversos outros projetos que devem ser destacados. Um dos principais foi o Projeto Fiscaliza São José, reconhecido a nível nacional e sendo hoje o maior programa de fiscalização da história da nossa cidade. Através dele, fiscalizamos equipamentos públicos, ouvimos as demandas da comunidade e visitamos todos os bairros. Outro projeto de grande impacto foi o Programa Aprendiz do Legislativo, este reconhecido a nível estadual, que oferece aos jovens a oportunidade de conhecer de perto o funcionamento do Poder Legislativo, inspirando muitos estudantes a se interessarem pela política e pelo Poder Público municipal.

Pelo Estado - O que podemos esperar para o futuro do seu mandato como vereador?

Cryslan - Nosso mandato vai seguir pautado na transparência, integridade e respeito ao dinheiro dos pagadores de impostos. Seguiremos com um mandato independente, fiscalizando e cobrando a boa aplicação dos recursos públicos e votando favoravelmente ao que acreditamos ser bom para São José e contrário ao que julgamos ser prejudicial ao nosso município. Também buscaremos ampliar ainda mais os projetos que realizamos no nosso gabinete.

Pelo Estado - Com seu recorde de vereador mais votado da história de São José, você pretende alçar novos voos?

Cryslan - Ser o vereador mais votado da história de São José é uma honra e uma grande responsabilidade. Também consolida meu nome para futuros projetos. Sobre alçar novos voos, acredito que a região da Grande Florianópolis, especificamente, está bem fragilizada quanto à representação estadual. Estamos carentes de pessoas que olham para as nossas cidades e trabalham em prol da resolução dos nossos problemas. Então, estou trabalhando para fortalecer laços e construir pontes que tragam benefícios e investimentos para a nossa região. Nosso trabalho por transparência e desenvolvimento não pode ficar restrito ao nosso município, Santa Catarina merece isso.



> Nosso mandato vai seguir pautado na transparência, integridade e respeito ao dinheiro dos pagadores de impostos.

Foto:Asses. Comunicação/Divulgação

Integração Editorial
Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA
APJ SC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina
/peloestado peloestado.com.br
Produção e edição: *ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes. Contato peloestado@gmail.com*
Diagramação: *Celina Sales*

SUPERMERCADO REVIWER (42) 3522-5875



Integrantes da **Associação dos Jornais e Portais do Paraná (ADIPR)**, se reuniram nesta quarta-feira, 23, para tratar dos assuntos relacionados ao futuro dos veículos de comunicação em 2025 e fazer um balanço das ações realizadas em 2024. Como convidado, participou do encontro o vice-governador do Paraná, Darci Piana. O encontro aconteceu na sede do Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná, do qual Piana é presidente licenciado.

O Grupo Verde Vale de Comunicação foi representado pelo Diretor de Jornalismo, **Eduardo Carpinski**.



Na segunda feira, 28, é dia de celebrar a chegada de um novo ciclo para **Priscila Perizollo**. Parabéns!



A querida **Fernanda Wolff** faz aniversário no domingo, 27, e recebe o carinho dos amigos e familiares. Parabéns!

Fátima Romanoski soprou as velinhas neste dia 23. Ela é uma das backing vocals do Cantor Vanderlei Rodrigo. Felicidades!



Coluna Social por Ana Cabral Sitamar Brittes

Radar

@jornalocomercio

SUPREMA #MAIS QUE PIZZARIA 3522-0334

ESPORTE

ATLETA DE UNIÃO DA VITÓRIA É MEDALHISTA EM PROVA DE CORRIDA EM TRILHA

Veridiana Santos conquistou o segundo lugar na prova de 12km do Indomit Bombinhas

Por Jaqueline Castaldon

Fotos: Arquivo Pessoal





A corredora de União da Vitória, Veridiana Santos, garantiu o segundo lugar na categoria feminino geral do Indomit Bombinhas, evento realizado em trilhas e montanhas, que desafia até os atletas mais experientes.

Há mais de uma década, Veridiana sonhava em participar do Indomit Bombinhas, mas diversos obstáculos impediam que o desejo se tornasse realidade. Neste ano, a atleta teve a oportunidade de competir, contando com o apoio de seu sogro, que a presenteou com a inscrição para a prova de 12 km, modalidade que exige preparo físico e emocional.

"Eu queria muito participar dessa prova, mas nunca consegui encaixar no calendário, nem encontrar uma dupla para participar da versão de 21 km", explica. "Mas agora deu certo, e fui para a prova com o coração leve e feliz, sabendo que era algo que eu queria muito."

Apesar de não ter treinado especificamente para a prova de trilhas, Veridiana iniciou a corrida determinada a dar o seu melhor, consciente dos desafios que enfrentaria ao longo do percurso. Largou tranquila, com a intenção de superar suas limitações. Ao longo da prova, percebeu seu bom desempenho, principalmente nas subidas, que sempre foram seu ponto forte.

Logo nos primeiros quilômetros, Veridiana ultrapassou diversas competidoras, mantendo um ritmo consistente. A partir do quilômetro 6, quando o trajeto se tornava mais desafiador, a corredora encontrou motivação para seguir em frente ao ouvir que estava entre as primeiras colocadas. Determinada a conquistar um lugar no pódio, ela não só manteve sua posição como ultrapassou a segunda colocada nos últimos 4 km, durante uma subida. "Na descida, eu ainda sinto medo por causa de um acidente passado, mas quando chegou a subida, eu sabia que aquele era o meu momento", relata. "Foi uma prova incrível, eu curti cada momento e fiquei muito feliz com o resultado."

Veridiana concluiu a prova de 12 km em 1h19min, garantindo o segundo lugar geral e comemorando uma conquista muito especial. Agora, a atleta já pensa no próximo ano, com planos de participar da prova em dupla mista de 21 km ao lado do namorado, Gustavo.

Após o resultado conquistado neste ano, Veridiana agradece àqueles que a ajudaram a realizar o sonho. "Sem o apoio deles e de todos que torceram por mim, essa conquista não teria sido possível."







PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 09ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR
Rua Coronel Joao Gualberto, 330, Centro, União da Vitoria - Paraná - CEP: 84600-210.
Telefone: (42)3903-3851– vdt01uva@trl9.jus.br

EDITAL DE PRAÇA, LEILÃO E INTIMAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Sr(ª). Dr(ª). Juiz(a) do Trabalho da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, FAZ SABER, a todos os interessados, que será realizado LEILÃO POR MEIO ELETRÔNICO nos termos do Art. 882 e seguintes do CPC.
O leilão eletrônico será realizado no dia **29/11/2024 às 13:30 horas**, através do site do leiloeiro público oficial, Sr. ELTON LUIZ SIMON, Jucepar 09/023-L, fone (46) 3225-2268.
Local: site do Leiloeiro: www.simonleiloes.com.br

Autos: 0000753-96.2023.5.09.0026
Autor: ARNOLDO WITKOWSKI LAZZARI.
Réu(s): EMOTUR TRANSPORTES E LOCACAO DE VEICULOS LTDA.
BEM(NS): Data nº 4, da quadra nº 12, com a área de 480,00m², situada na Planta do Loteamento denominado "Jardim Nossa Senhora Aparecida", na cidade e Comarca de Campo Mourão/PR, com limites e confrontações descritos na matrícula nº 922 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Campo Mourão/PR. LOCALIZAÇÃO: Rua Maria Olímpia Jardim, nº 2506, Jardim Nossa Senhora Aparecida, CEP: 87309-335, Campo Mourão/PR. BENFEITORIAS: Barracão industrial medindo aproximadamente 160m², com estrutura e paredes de alvenaria, com cobertura de telhas metálicas, em bom estado de conservação.
AVALIAÇÃO: R$560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais) em 21/08/2024.
ÔNUS: Consta na matrícula nº 922 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Campo Mourão/PR: R-02: ARRESTO extraído dos autos nº 248/97 de Execução Fiscal da 1ª Vara Cível de Campo Mourão, em que é exequente FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO; R-03: ARRESTO extraído dos autos nº 317/2002 de Execução Fiscal da 2ª Vara Cível de Campo Mourão, em que é exequente FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO; AV-06: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 0000193-33.2018.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-08: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 0001052-44.2021.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-14: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 0000446-79.2022.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-15: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 0000454-22.2023.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-16: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 0000753-96.2023.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; R-17: PENHORA extraída dos autos nº 0000753-96.2023.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, em que é exequente ARNOLDO WITKOWSKI LAZZARI.
DEPOSITÁRIO: ELTON LUIZ SIMON.

Autos: 0000255-63.2024.5.09.0026
Autor: KAUANE MILENE WOSNY, MICHELE MARTINS DOS SANTOS, LEANDREZA PEREIRA DA SILVA BUGHAY.
Réu(s): RESTAURANTE PRATO CHEIO GRILL LTDA.
BEM(NS): 1) 01 (uma) mini câmara fria da marca Refrimate em bom estado e de quatro portas. Possui marcas de ferrugem. Não foi possível constatar o seu funcionamento. Avaliação: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). 2) 01 (uma) cervejeira da marca Imbera em bom estado e de porta única. Não foi possível constatar o seu funcionamento. Avaliação: R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais). 3) 01 (um) cilindro de massas elétrico da marca Venâncio em bom estado e com cavalete. Avaliação: R$ 3.000,00 (três mil reais). 4) 01 (um) forno para massas à gás da marca MR Fogões Industriais em bom estado. Apresenta pontos de ferrugem. Avaliação: R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). 5) 01 (um) freezer da marca Consul em bom estado. Não foi possível constatar o seu funcionamento. Avaliação: R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).
AVALIAÇÃO TOTAL: R$8.700,00 (oito mil e setecentos reais) em 02/07/2024.
ÔNUS: Os que constarem nos autos.
DEPOSITÁRIO: LEANDREZA PEREIRA DA SILVA BUGHAY, RUA GABRIEL BUGHAY, 91, NAVEGANTES, UNIAO DA VITORIA/PR - CEP: 84600-096.

Autos: 0000173-42.2018.5.09.0026
Autor: JUCIMAR BENEDITO AUGUSTINHAKI, ADRIANO CHARNESKI DE SIQUEIRA, OVANDE DOS SANTOS SILVA, ILARIO STODOLNE, JOAO MARIA COSTA, ANIELE SIQUEIRA LEONARCHIK, LUCAS WAGNER MARTINS, JULIANO ELEUTERIO.
Réu(s): INDUSPLAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, JOAO LUIZ ROCHA CHEROBIM, FELIPE TADEU CHEROBIM.
BEM(NS): 1º) Vaga de garagem sob o nº 09 (nove), com área construída total de 21,84 m2, localizada no 2º subsolo ou 1º pavimento do Edifício Uirapuru, integrante do Condomínio Chácara da Graciosa II, situado à Rua Emilio Cornelsen, 198, no Bairro Juvevê, na cidade de Curitiba/PR, matriculada sob o nº 30.070, do 2º Registro de Imóveis de Curitiba/PR; AVALIAÇÃO: R$67.112,79 (sessenta e sete mil, cento e doze reais e setenta e nove centavos).
2º) Vaga de garagem sob o nº 10 (dez), com área construída total de 21,84m2, localizada no 2º subsolo ou 1º pavimento do Edifício Uirapuru, integrante do Condomínio Chácara da Graciosa II, situado à Rua Emilio Cornelsen, 198, no Bairro Juvevê, na cidade de Curitiba /PR, matriculada sob o nº 30.071, do 2º Registro de Imóveis de Curitiba/PR; AVALIAÇÃO: R$67.112,79 (sessenta e sete mil, cento e doze reais e setenta e nove centavos).
AVALIAÇÃO TOTAL: R$134.225,58 (cento e trinta e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos) em 26/08/2024.
ÔNUS: Consta na matrícula 30.070 do 2º Registro de Imóveis de Curitiba/PR: R-02: HIPOTECA em 1º em favor do BANCO BRADESCO S.A; AV-03: ADITAMENTO da escritura pública registrado sob R-02; AV-04: ADIMENTO da escritura pública registrado sob R-02 e mencionada no AV03; AV-05: ADITAMENTO da escritura pública registrado sob R-02 e mencionada nas AV-03/AV-04; AV-06: ADITAMENTO da escritura pública objeto do R-02/AV-03/AV-04/AV-05; AV-07: ADITAMENTO da escritura pública objeto do R-02/AV03/AV-04/AV-05/AV-06; AV-08: ADITAMENTO da escritura pública objeto do R-02/AV-03/AV-04/AV-05/AV06/AV-07; AV-09: ADITAMENTO da escritura pública objeto do R-02/AV-03/AV-04/AV-05/AV-06/AV-07/AV08; AV-10: ADITAMENTO da escritura pública objeto do R-02/AV-03/AV-04/AV-05/AV-06/AV-07/AV-08/AV09; R-11: PENHORA extraída dos autos nº 302/2002 da Vara Cível de Palmeira/PR, em que é exequente BANCO BRADESCO S.A; AV-12: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00570201102609000 4 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-13: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00269201102609000 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-14: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00007898520165090026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-15: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00000807920185090026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-16: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00001734220185090026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR.
Consta na matrícula 30.071 do 2º Registro de Imóveis de Curitiba/PR: R-02: HIPOTECA em 1º em favor do BANCO BRADESCO S.A; AV-03: ADITAMENTO da escritura pública registrado sob R-02; AV-04: ADIMENTO da escritura pública registrado sob R-02 e mencionada no AV03; AV-05: ADITAMENTO da escritura pública registrado sob R-02 e mencionada nas AV-03/AV-04; AV-06: ADITAMENTO da escritura pública objeto do R-02/AV-03/AV-04/AV-05; AV-07: ADITAMENTO da escritura pública objeto do R-02/AV03/AV-04/AV-05/AV-06; AV-08: ADITAMENTO da escritura pública objeto do R-02/AV-03/AV-04/AV-05/AV06/AV-07; AV-09: ADITAMENTO da escritura pública objeto do R-02/AV-03/AV-04/AV-05/AV-06/AV-07/AV08; AV-10: ADITAMENTO da escritura pública objeto do R-02/AV-03/AV-04/AV-05/AV-06/AV-07/AV-08/AV09; R-11: PENHORA extraída dos autos nº 302/2002 da Vara Cível de Palmeira/PR, em que é exequente BANCO BRADESCO S.A; AV-12: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00570201102609000 4 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-13: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00269201102609000 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-14: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00007898520165090026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-15: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00000807920185090026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-16: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00001734220185090026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR.
DEPOSITÁRIO: ELTON LUIZ SIMON.

Autos: 0000898-89.2022.5.09.0026
Autor: ANTONIO MARCOS FERREIRA.
Réu(s): ELIO SADI MAIER.
BEM(NS): Lotes urbanos ns.º 49 e 51, DIC 19004 e 19005, do Município de Balneário Camboriú/SC, localizado à Rua Paraguai, n.º 354, Nações, com área de 560,56 metros quadrados, segundo a matrícula do registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Balneário Camboriú sob n.º 37.370, sobre o qual estão

edificadas unidades com o total de 508m², segundo Boletins Cadastrais do Município de Balneário Camboriú/SC. BENFEITORIAS: Duas construções, com dois pisos cada, verificado no local.
AVALIAÇÃO: R$1.600.000,00 (um milhão, seiscentos mil reais) em 22/08/2024.
ÔNUS: Consta na matrícula sob n.º 37.370 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Balneário Camboriú/SC: R-12: USUFRUTO VITALÍCIO em favor de JOÃO KARNOSKI; AV-13: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 0000898-89.2022.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; R-14: PENHORA extraída dos autos nº 0001094-62.2024.5.12.0040 da 01ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú/SC, em que é exequente ANTONIO MARCOS FERREIRA.
DEPOSITÁRIO: ELTON LUIZ SIMON.

Autos: 0000381-21.2021.5.09.0026
Autor: VILMAR PEREIRA, LUIS ANTONIO GOMES, LEANDRO KOTARSKI.
Réu(s): CONSTRUTORA ZIMERMANN LTDA, ALEXSANDER SILVESTRY ZIMERMANN, ANA PAULA SNAK PROENCA, ARNALDO CESAR WIRMOND PROENCA.
BEM(NS): Fração ideal de 100% do "Terreno foreiro com área de 428,00m² ou seja, medindo 20,00m de frente para a Rua Vicente Machado, por 21,40m na lateral esquerda e divide com terras de Natal Pontarollo, 21,40m na lateral direita e divide com terras de Odair Bolivar Eskevisk e na linha dos fundos mede 20,00m e divide com terras de Arthur Menarim, sito a uma distância de 48,50m de esquina com a Rua Professor Ianck, na quadra formada pelas ruas: Rua General Rondon e Rua Marechal Floriano Peixoto, sito no Porteiro do Matadouro, conforme matrícula 6.228 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava/PR (Identificação do imóvel). Endereço atual – Rua Vicente Machado, nº 2744, Bairro dos Estados, Guarapuava/PR, CEP 85035-180. Matrícula 6.228 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava/PR. Propriedade – Segundo R - 8 e R-1 4 da matrícula 6.288 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava/PR, são coproprietárias do imóvel ANA PAULA SNAK PROENÇA – proprietária de 256,80m² da área total do imóvel) e ROSANA SNAK (proprietária de 171,20m² da área total do imóvel) . Benfeitoria averbada – Segundo cópia da 6.228 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava/PR, há construção averbada, qual seja, uma casa de madeira, sem especificação de seu tamanho (Identificação do imóvel). O espelho cadastral do imóvel na Prefeitura Municipal de Guarapuava, por sua vez, indica que no terreno há 01 (uma) edificação, de apenas um pavimento, com área total de 89,04m ² (cuja proprietária é a Sra. Ana Paula Snak Proença). Benfeitoria não averbada– Conforme penhora realizada, no bojo dos autos nº 0000588-25.2020.5.09.0068 (certidão de Id nº 2ebdfdd), datada de 17/04/2023, há 01 edificação construída na fração do terreno de propriedade da Sra. Ana Paula Snak Proença, com área aproximada de 230m². Assim sendo, há benfeitoria não averbada na matrícula do imóvel, uma vez que a edificação indicada na matrícula agora possui área total de aproximadamente 230m², há construção não acabada de edificação com 02 pavimentos no lote de propriedade da Sra. Rosana Snak. Estado de conservação – A fração ideal do terreno pertencente à Sra. Ana Paula Snak Proença (256,80m², equivalente a 60% da área total da matrícula do imóvel), e a edificação nele construída (com área aproximada de 230m²) se encontram em bom estado de conservação, o lote de propriedade da Sra. Rosana Snak (171,2m²) possui edificação de 2 pavimentos cuja construção se iniciou, mas não foi finalizada, com área aproximada de 140m². Ocupação – O imóvel ocupado.
AVALIAÇÃO: R$1.476.531,52 (um milhão, quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos) em 27/02/2024.
ÔNUS: Consta na matrícula nº 6.228 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava/PR: AV-17: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00011407120205090041 da 21ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR; AV-18: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00002869320205090068 da 01ª Vara do Trabalho de Toledo/PR; AV-19: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 0006228-38.2021.8.16.0194 da 25ª Vara Cível de Curitiba/PR; R-20: PENHORA extraída dos autos nº 0000588-25.2020.5.09.0068 da 1ª Vara do Trabalho de Toledo/PR, em que é reclamante ROMEU FERNANDO BARBOSA KLEIN; R-22: PENHORA extraída dos autos nº 0006228-38.2021.8.16.0194 da 25ª Vara Cível de Curitiba/PR, em que é exequente NOVAMIX ARGAMASSA E CONCRETO LTDA; AV-23: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00006656920205090121 da 2ª Vara do Trabalho de Toledo/PR; AV-24: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00000962220215090028 da 19ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR; AV-25: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00001582420215090655 da Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand/PR; AV-26: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 00009148220205090068 da 01ª Vara do Trabalho de Toledo/PR; R-27: PENHORA extraída dos autos nº 0000158-24.2021.5.09.0655 da Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand/PR, em que é exequente VALDECI RAIXZ RENGEL; R-28: PENHORA extraída dos autos nº 0000096-22.2021.5.09.0028 da 19ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR (AV-29), em que é exequente LETHYCIA CRISTINA DE BARROS JUSTINO; R-30: PENHORA extraída dos autos nº 0000657-

65.2023.5.09.0096 da 2ª Vara do Trabalho de Toledo/PR, em que é exequente LINDOMAR PIOETKOSKI; R-31: PENHORA extraída dos autos nº 0000381-21.2021.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, em que é reclamante VILMAR PEREIRA e outros.
DEPOSITÁRIO: ELTON LUIZ SIMON.

Caso as partes, eventuais credores hipotecários, proprietários, coproprietários, usufrutuários, constantes no registro de imóveis, não sejam encontradas ou cientificadas, por qualquer razão, da data da Praça quando da expedição da intimação respectiva, valerá o presente como edital de intimação de praça única.
A contagem do prazo para eventuais recursos quanto à expropriação iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte à data designada para o leilão, independentemente de nova intimação.
O executado somente poderá efetuar a remição da execução até o momento que anteceder o início da realização do leilão.
Os arrematantes/adjudicantes concorrerão com as despesas de publicação do edital, além das despesas de remoção e armazenagem do depositário (quando houver). O pagamento das despesas de ICMS para os bens móveis será de responsabilidade do arrematante.
Admitir-se-á a aquisição dos bens de forma parcelada, mediante o pagamento de sinal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lanço no ato e o saldo em prestações mensais e consecutivas, vincendas a cada 30 (trinta) dias ou no primeiro dia útil subsequente, a contar da data da hasta pública. Os valores das prestações vincendas deverão ser depositados à disposição desta Vara do Trabalho nas datas dos respectivos vencimentos, com a devida atualização pelo IPCA-E, a ser calculado pela Vara. Caso não seja efetuado o pagamento das parcelas, o arrematante perderá todos os depósitos efetuados em favor da execução, inclusive o sinal, tudo conforme PROVIMENTO CORREG nº 01/2005. O juízo somente autorizará a entrega do(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s) mediante pagamento integral do lance, ficando a critério do juiz outras garantias, inclusive a real ou a fidejussória.
Os bens serão leiloados no estado em que se encontram e para os imóveis a venda será *ad corpus*, devendo o interessado certificar-se de suas condições antes de ofertar seu lanço. O arrematante assume a responsabilidade por eventual regularização que se fizer necessária. Deverá também cientificar-se previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal aos imóveis, no tocante ao uso do solo ou zoneamento, passivo ambiental, e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação dos imóveis.
Fica o exequente ciente de que poderá participar da hasta, na qualidade de arrematante, pessoalmente ou através de seu procurador com poderes específicos, devendo ser apresentado no ato o instrumento de mandato. O lanço oferecido pelo exequente prefere ao lanço igual a de outro licitante, desde que ocorra o pagamento imediato da comissão do Leiloeiro.
A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, observadas as disposições do art. 903 do CPC. A assinatura do juiz na decisão que defere a alienação supre a ausência de assinatura no auto de arrematação. O auto de arrematação assinado pelo Juiz, ou a equivalente decisão que defere a arrematação, será juntado aos autos até, no máximo, no primeiro dia útil seguinte ao término do leilão e o prazo de 10 (dez) dias para impugnação de que trata o art. 903, § 2º, do CPC fluirá a partir do segundo dia útil (inclusive) seguinte ao término do leilão independentemente de intimação (arts. 267 a 271 do Provimento Geral da Corregedoria Regional – TRT9).
O pagamento dos impostos incidentes sobre o bem arrematado anteriores a arrematação NÃO serão de responsabilidade do arrematante em conformidade com o contido no art. 130 § único do CTN. O pagamento de eventuais débitos condominiais será de responsabilidade do arrematante.
Todavia, serão de responsabilidade do arrematante os tributos provenientes da transmissão intervivos da propriedade imóvel (artigo 35, I, do CTN), cujo pagamento deverá ser comprovado perante o Oficial do Registro quando da apresentação da Carta para transmissão. O pagamento de eventuais débitos condominiais será de responsabilidade do arrematante.
Correrão por conta do arrematante/adjudicante ou remitente as despesas de publicação do edital e os custos relativos à desmontagem, remoção, armazenagem, transporte e transferência patrimonial dos bens, se houver. As despesas de ICMS sobre os bens móveis serão por conta do arrematante.
Fixa-se o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação a título de honorários do leiloeiro, aí incluídas as despesas relacionadas ao ato, inclusive divulgação, os quais serão suportados pelo arrematante, daí excepcionada a hipótese de ADJUDICAÇÃO, na qual o honorários serão de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a cargo do respectivo interessado.
Nas hipóteses de PAGAMENTO ou ACORDO o leilão somente será suspenso mediante a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos na execução, inclusive despesas processuais, emolumentos e honorários do Sr. Leiloeiro, na forma do artigo 826 do NCPC.

Autoriza-se o acesso do leiloeiro ao(s) bem(ns) penhorado(s) para as verificações de praxe, na companhia de eventuais interessados na sua aquisição.
Na modalidade eletrônica serão aceitos lances antecipados desde a inserção do leilão no site do leiloeiro até o encerramento do ato. O leilão terá início no dia e hora designada e os bens serão apregoados um a um, conforme ordem dos bens cadastrados no site do leiloeiro. Ao apregoar cada bem, a contagem regressiva será iniciada, e a cada novo lance o cronômetro será prorrogado por pelo menos 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances, correndo por conta e risco do licitante a decisão de ofertar lance nos segundos finais em razão de possível instabilidade do sistema/internet.
O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por falhas no sistema, no servidor ou na internet.
O interessado em ofertar lances de forma eletrônica deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro e solicitar habilitação, sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.
Caso reste negativo o leilão, fica desde já autorizado o leiloeiro, transcorridos dez (10) dias da realização da hasta, a promover a venda direta dos bens penhorados nos presentes autos, pelo prazo de noventa (90) dias, na forma da lei. As partes deverão se manifestar quanto à venda direta no prazo de 05 (cinco) dias após o resultado da hasta pública, sob pena de preclusão.
Este edital será publicado em jornal de ampla circulação e afixado no lugar de costume deste Juízo.
União da Vitória/PR, 21 de outubro de 2024.

Juiz Titular da Vara do Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N.º 23/2024
Processo Administrativo Nº 122/2024
Modo de Disputa: Fechado e Aberto
Critério de Julgamento: Menor Preço Por Lote.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DE INVESTIMENTO E CUSTEIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIA DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, em conformidade com as especificações, quantidades e valores máximos admitidos e constantes no Termo de Referência, e demais disposições do Edital, Data da Sessão Pública: 08/11/2024 às 9:30 horas, no site https://www.bllcompras.com Edital na íntegra está disponível em https://www.bllcompras.com; https://paulofrontin.pr.gov.br/licitacao, ou na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr. Cep. 84635-000, de segunda a sexta-feira, das 8:00 Horas às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Pregoeiro responsável: Eder Renato Stelmach
Paulo Frontin/Pr 23 de outubro de 2024.
LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR.
Diretor do Departamento de Licitação e Contratos

PARANÁ DECIDE NÃO INCLUIR COBRANÇA DO NOVO DPVAT NO IPVA E LICENCIAMENTO DE 2025

Medida foi adotada após questionamentos do governo estadual à Caixa Econômica Federal

| Por AEN-PR

Foto: José Fernando Ogura/Arquivo AEN



O Governo do Paraná anunciou na quinta-feira, 24, que não realizará a cobrança do novo Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT) junto ao IPVA e o licenciamento de 2025. A medida foi adotada depois que os questionamentos do governo estadual à Caixa Econômica Federal, responsável por firmar convênios com os estados, não foram completamente sanados. Dessa forma, o Paraná optou por não integrar a cobrança do SPVAT aos tributos estaduais.

O SPVAT foi recriado em maio de 2024 pela Lei Federal Complementar nº 207, após a extinção do antigo DPVAT em 2019. Agora, cabe à Caixa Econômica Federal definir a forma para realizar a cobrança do seguro no Paraná.

De acordo com o Departamento de Trânsito do Paraná (Detran/PR), atualmente são 8.528.604 veículos ativos no Estado.

A decisão do Governo do Paraná foi tomada após reunião entre o governador Carlos Massa Ratinho Junior e o diretor-presidente do Detran/PR, Adriano Furtado. "Optamos por não incluir essa cobrança nas taxas estaduais porque a decisão não foi diretamente comunicada aos contribuintes pelo governo federal, que passariam a ser cobrados pelo novo DPVAT dentro do licenciamento e do IPVA. Além disso, temos a preocupação com o bolso do paranaense que no começo do ano já tem seu orçamento comprometido com outras responsabilidades e a Lei Complementar prevê o pagamento do SPVAT em janeiro", afirma o governador Ratinho Junior.

Segundo o diretor-presidente do Detran/PR, Adriano Furtado, a medida visa minimizar o impacto de mais um encargo sobre os motoristas paranaenses. "Nós fomos procurados pela Caixa Econômica para viabilizar a cobrança e tivemos posição contrária, especialmente porque eles insistem na cobrança do início do ano e o Governo do Paraná faz as cobranças de taxas administrativas de licenciamento no segundo semestre para viabilizar melhores condições ao contribuinte. A nossa decisão quer dar transparência e clareza ao processo e evitar complicações para os motoristas paranaenses", esclarece Furtado.

IPVA motos

Nesta semana, o governador Ratinho Junior também anunciou que o Governo do Estado encaminhará à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) um projeto de lei para isentar motocicletas de até 170 cilindradas do pagamento de IPVA a partir de janeiro de 2025. A medida beneficiará mais de 732 mil veículos, representando 77% da frota tributável de motocicletas do estado.





CB Comercial Bandeirante PREÇOS IMBATÍVEIS 3522-3993



O Governo do Paraná dá boas-vindas à AACD

Vem aí o Complexo de Reabilitação Silvio Santos.

Em uma parceria inédita com a AACD, o **Hospital de Reabilitação do Paraná,** localizado em Curitiba, aumentou seu atendimento para pessoas com deficiência focado na reabilitação física. A iniciativa fará parte do futuro **Complexo de Reabilitação Silvio Santos,** em um prédio anexo ao hospital atual. Tudo pela saúde dos paranaenses.

R$ 65 milhões investidos

7 mil m²

Centros cirúrgicos

Confecção e adaptação de próteses

AACD Cooperação Técnica

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Acesse **www.pr.gov.br** e saiba mais.